

Deborah Duprat: "O Brasil ainda não se livrou de suas práticas hegemônicas"

Páginas 4 e 5

Na rota do agronegócio, povo Xakriabá de Cocos e autoridades estão ameaçados

Páginas 10 e 11

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XXXVI • Nº 372
Brasília-DF • Jan/Fev 2015

Na proteção da Mãe Terra

Povo Ka'apor assume em suas próprias mãos a proteção da Terra Indígena Alto Turiaçu, no noroeste do Maranhão. A área é alvo de constantes invasões e ações violentas de madeireiros, que transitam com caminhões e tratores no território indígena. Reunidos em Assembleia, eles reafirmaram que a autonomia do povo é decisiva para a efetivação de seus direitos.

Páginas 8 e 9

Nesta edição, o I Encarte Pedagógico *Culturas Indígenas na Sala de Aula*

Direitos, e nada mais

O respeito aos direitos dos povos indígenas é um imperativo jurídico. A frase é da subprocuradora-geral da República, Deborah Duprat, dita durante entrevista ao Porantim, que os leitores podem conferir nesta edição do jornal. De acordo com o Artigo 231 da Constituição Federal (CF), promulgada em 1988, “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Se há duas décadas a luta era para conquistar tais direitos, hoje, sem vê-los efetivados, os povos indígenas lutam para não perdê-los. Trata-se do velho ditado: venceu, mas não levou. Ainda.

Além de constarem na Carta Maior do país, os direitos indígenas estão assegurados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e no Programa Nacional de Direitos Humanos - 3 (PNDH-3), dentre outros programas que definem as políticas nacionais. Em relação à legislação internacional, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Direitos dos Povos Indígenas são as maiores referências no que tange aos direitos das populações indígenas.

Dentre estes, é fundamental compreender dois, em especial. Primeiro, o direito de ser quem eles são. Uma das definições possíveis seria: povos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tal, possuem formas próprias de organização social, vinculados a seus territórios tradicionais, onde ocupam e usam os recursos da natureza como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, saberes e práticas transmitidas pela tradição.

O segundo refere-se ao direito à terra tradicional. Sendo que este conceito é definido pela CF como “as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. O parágrafo 4º ainda assegura: “as terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis”.

Há anos o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) alerta sobre o aumento da violência, seja ela física ou simbólica, contra os povos nos territórios, ao mesmo tempo em que se intensificam as ofensivas sobre os direitos indígenas, como mencionado, garantidos em farta legislação, convenções e tratados, no Brasil e no âmbito das relações internacionais. O leque de ataques se espalha. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que transfere para do Executivo para o Legislativo a prerrogativa de demarcar terras indígenas, titular territórios quilombolas e criar unidades de conservação ambiental; o Projeto de Lei (PL) 1610/1996, do senador Romero Jucá (PMDB/RR), que visa regulamentar a exploração de recursos minerais em terras indígenas; e o PL 7735/2014, que pretende regulamentar o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, são alguns dos projetos mais emblemáticos tramitando no Congresso hoje.

No Executivo, por outro lado, não parece haver disposição nem força para resistir aos avanços da bancada ruralista, e de setores econômicos historicamente privilegiados, sobre as terras indígenas, ricas em bens comuns, como biodiversidade, água, energia e minérios, dentre outros.

No Judiciário, a situação é também bastante perigosa. Três recentes decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidaram os processos de demarcação das terras indígenas Guayrroká (Guarani-Kaiowá, Mato Grosso do Sul), Limão Verde (Terena, Mato Grosso do Sul) e Porquinhos (Canela-Apãniekra, Maranhão) a partir de uma interpretação do marco temporal. Ou seja, a anulação do processo de demarcação deu-se porque os indígenas não estariam no território na época da promulgação da CF. Uma dessas decisões coloca em xeque o próprio conceito de esbulho. Desse modo, se mantidas, estas decisões praticamente inviabilizam as demarcações de terras no país.

Como os textos nesta edição do *Porantim* evidenciam, há muito o que avançar para fazer cumprir os direitos dos povos indígenas no Brasil. No entanto, trata-se de uma obviedade afirmar que, na atual conjuntura, em que é praticamente impossível efetivar este avanço, o momento é de resistir. E resistir para... simplesmente assegurar o que está escrito com todas as letras na legislação nacional e internacional.

Porantinadas

Heinze volta a atacar

Durante entrevista à uma rádio gaúcha, no último mês de janeiro, o deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP-RS) atacou a antropóloga responsável pelo laudo da Terra Indígena Mato Preto, Guarani-Mbyá, localizada no município de Erechim (RS). Disse que a servidora escreveu o relatório sob efeito de alucinógenos. Tais impropérios são alucinações antigas do ruralista. Porém, desta vez ele acusa o procurador da República em Erechim, Ricardo Gralha Massia, de teimoso e mal-intencionado. Conforme o ruralista, Massia sabe que a antropóloga “fumou erva e tomou o Chá do Santo Daime”. A Procuradoria Geral da República (PGR) denunciou Heinze pelos crimes de difamação e injúria.

PGR: racismo se combate de casa

A pergunta que fica é: por que a Procuradoria Geral da República (PGR) não denunciou Heinze no episódio de Vicente Dutra (RS), quando o parlamentar, ao lado do também deputado federal Alceu Moreira (PMDB-RS), disse que negros, índios e gays são tudo o que não presta, entre outras barbaridades? A atitude da PGR de denunciar Heinze é absolutamente necessária e plausível. O ruralista usa o Parlamento para disseminar o ódio contra as populações indígenas e tradicionais e outras minorias. Mente, manipula e calunia quem contraria os interesses do latifúndio. Porém, o posicionamento contundente e necessário da PGR no episódio de Erechim parece demonstrar que quando os xingamentos são contra índios, negros e gays, pode. Contra os brancos, não.

Preconceito benevolente

O indisfarçável discurso racista dos ruralistas contra os povos indígenas e as comunidades quilombolas agora chega aos jornais sob o manto invisível do preconceito benevolente. Os ataques raivosos dos que vestem a camisa de que negros, índios e gays são “tudo o que não presta” deram lugar ao discurso de que a bancada ruralista deseja, na verdade, ajudar indígenas e quilombolas a saírem da indigência que supostamente a política de demarcação de terras tradicionais os teria colocado. Para os herdeiros da Casa Grande, indígenas e quilombolas devem seguir o fluxo: entrar na fila da pobreza e deixar as terras livres para a prosperidade privada. Racista e preconceituoso, eu? Imagina!

Kátia Abreunóquio



Abandono dos Xavante diabéticos

Relatório denuncia a Sesai pelo completo descaso com mais de 300 pacientes com diabetes em duas aldeias Xavante; sem insulina, água, nem profissionais, quatro indígenas já tiveram indicação para amputação dos membros inferiores

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Quando os povos indígenas reivindicaram a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) não imaginavam que a situação de desassistência às comunidades chegaria a tal ponto. E o pior: que os diretores da secretaria seriam entusiastas da privatização do setor, vinculado ao Ministério da Saúde, esgueirando-se numa gestão ineficiente e sucateada. Exemplos não faltam, e o último chega do Mato Grosso.

Um relatório enviado à Sesai pelo médico João Paulo Botelho Vieira Filho, professor adjunto do Centro de Diabetes da Escola Paulista de Medicina (Unifesp), revela o completo descaso com os cuidados básicos de indígenas do povo Xavante acometidos pela diabetes nas aldeias de Sangradouro e São Marcos, perímetro do município de Barra do Garça. Conforme constatou Vieira Filho, os indígenas com diabetes dessas aldeias estão sem receber as aplicações necessárias de insulina por falta de estrutura nos postos de saúde abandonados.

“Há mais de 100 diabéticos em Sangradouro e mais de 200 em São Marcos. Mais de 40% das mulheres Xavante estão com diabetes nestas aldeias. O governo insiste em oferecer açúcar na cesta básica dos índios, apesar das minhas advertências desde 2008”, diz o médico no relatório submetido à Sesai. Vieira Filho afirma que

dois homens e duas mulheres indígenas tiveram indicação para a amputação dos membros inferiores por falta de controle do diabetes. Este número deverá crescer caso a Sesai não tome providências.

De acordo com o médico, a insulina vem sendo substituída por comprimidos e os indígenas reclamaram de pioras no estado de saúde depois da mudança. “A administração da insulina deve ser controlada nas aldeias, semanalmente, ajustadas as doses pelas glicemias de jejum e pós-prandiais. Glicosímetros e fitas reagentes devem estar presentes nas aldeias onde há diabéticos”, aponta. Intervenções equivocadas da Sesai, conforme Vieira Filho, mas que se repetem. “A tragédia do diabetes entre os Xavante iniciou-se com o Projeto Arroz, da Funai, e a mudança da dieta tradicional. Projeto como tantos outros da nossa herança cultural autoritária e patrimonialista portuguesa e espanhola, que não trazem benefícios às populações envolvidas e as prejudicam”, critica.

Posto de saúde sem assistência

“Não existe mais assistência da Sesai no Posto de Saúde da aldeia São José de Sangradouro, fechado pela deterioração e invasão de morcegos. Há um início de construção ao lado do antigo postinho paralisada. Mais racional seria a reforma do posto pequeno da aldeia São José e



Apesar de 40,6% das mulheres Xavante terem sido diagnosticadas com diabetes, o governo insiste em oferecer açúcar na cesta básica dos indígenas; desidratação e gastroenterites também preocupam

não fechá-lo, ao invés de iniciarem uma construção vizinha que está parada”, explica o médico, identificando as questões estruturais como centrais para a resolução da problemática. Nesse sentido, ele diz que por conta do posto fechado não há geladeira para armazenar devidamente a insulina. Além disso, faltam profissionais para realizar os atendimentos.

“Seis técnicos de enfermagem indígenas, na populosa aldeia de Sangradouro, receberam férias coletivas (...), na aldeia de São Marcos também, com exceção de um. Os postos de saúde ficaram sem técnicos de enfermagem indígenas. (...) Em Sangradouro somente permaneceu o enfermeiro indígena de nível superior”, afirma no relatório.

Falta de água

O médico relata falta de água nas aldeias, sobretudo por problemas em

poços artesanais já existentes, além da poluição dos rios utilizados pelos indígenas. Ele destaca ainda a grande quantidade de crianças desidratadas e a ocorrência de gastroenterites. “O saneamento está muito comprometido pela falta de água dos poços das aldeias e poluição dos rios Sangradouro, Mortandade e São Marcos”.

Mais intervenções desastrosas da Sesai. De acordo com o médico, banheiros foram construídos numa das aldeias há dois anos, mas nunca foram utilizados pelos indígenas por falta de água. “Não há água potável há mais de um ano nos poços artesanais existentes na aldeia São José, da Terra Indígena Sangradouro, e nas aldeias São Marcos, Nossa Senhora da Guia e São José, estas três últimas na Terra Indígena São Marcos. Aldeias grandes e com numerosas populações Xavante, cujos poços estão danificados e sem manutenção”, explica. ♦

Na surdina, governo Dilma privatiza a saúde indígena

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Evidenciando mais uma vez que o *modus operandi* do atual governo vai na mesma direção do profundo desrespeito com que os povos indígenas foram tratados nos últimos quatro anos, ministros antigos e recém empossados pela presidente Dilma Rousseff iniciam seus mandatos atropelando acordos e a posição radicalmente contrária das organizações indígenas à criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi) que, de fato, significa a privatização dessa política pública. De acordo com informações obtidas pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) durante o recesso, ou seja, longe dos holofotes ou de qualquer debate com os povos interessados e usuários deste sistema de saúde, o governo preparou todo um planejamento, incluindo cronograma e estratégias para a concretização da criação do Insi, uma entidade civil de direito privado.

Segundo uma mensagem eletrônica a que o Cimi teve acesso no dia 15 de janeiro, o próprio Antônio Alves, secretário Especial de Saúde Indígena (Sesai) informa que “a proposta foi encaminhada à Casa Civil, assinada

pelos Ministros Arthur [Chioro, ministro da Saúde] e Miriam Belchior [ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão até dezembro de 2014]. A assessoria jurídica da Casa Civil, que assessora juridicamente a presidenta, fez alguns ajustes de forma e não de conteúdo, e aguardou a posse da Presidenta para dar o encaminhamento final”.

As estratégias de aprovar o quanto antes a criação do Insi contemplam duas possibilidades de encaminhamento, conforme evidencia a mensagem. “Elaboramos um plano de trabalho que contempla um cronograma para o cenário de Medida Provisória, mas a PR [Presidência da República] não decidiu ainda se enviara (sic) MP ou projeto de lei em regime de urgência. O ministro Arthur ficou de conversar com a presidenta nesta semana. Como a Miriam saiu, enviaremos à (sic) minuta de novo ao Ministro Nelson Barbosa [recém empossado ministro do Planejamento]”.

Caso seja feita a opção pela Medida Provisória, o desdobramento das ações já está claramente definido: “convocaremos imediatamente a comissão que ficou constituída na nossa oficina de planejamento para dar andamento na elaboração dos editais e demais providências (sic) necessárias para efetivação do INSI”, consta

na mensagem, endereçada às “Guerreiras e guerreiros presidentes do CONDISI” [Conselhos Distritais de Saúde Indígena]. Este trecho deixa uma dúvida sobre quais são os reais motivos e interesses que justificam tamanha pressa para a efetivação da criação deste instituto, amplamente repudiado pelos povos indígenas, mas que contaria com um orçamento superior a R\$ 1 bilhão, valor que triplicou nos últimos anos.

Em seguida, o autor da mensagem sugere que os implementadores do Insi pretendem descumprir o compromisso assumido com o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho de substituição dos profissionais da saúde indígena que, atualmente, atuam através de convênios e contratos temporários da União (CTU) por servidores públicos efetivos.

No fim da mensagem, explicita-se o total descaso com os processos democráticos e, mais uma vez, a completa desconsideração pelas posições dos povos indígenas: “Se for MP, publicaremos em seguida o decreto criando o INSI, pois a Medida Provisória tem força de lei. Ai, não vamos esperar a votação dela, vamos iniciar tudo já como se ela estivesse aprovada. Ai teremos novos prazos e a Comissão será convocada”. ♦

Brasil: um país em que reina a hegemonia

“Infelizmente, a despeito de toda a transformação operada pela Constituição de 1988, pela Convenção 169 da OIT e pela declaração da ONU para os povos indígenas, o Estado brasileiro ainda não se livrou de suas práticas e convicções hegemônicas”

Patricia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Corajosa, Deborah Duprat é uma indiscutível aliada de diversas minorias que compõem a sociedade brasileira. Durante sua meteórica atuação como procuradora-geral da República interina, quando pela primeira – e única – vez na história do país, uma mulher comandou o órgão superior do Ministério Público Federal (MPF), ela atuou amplamente na defesa de pautas polêmicas e impopulares. Nos 22 dias de junho-julho de 2009 em que chefiou a Procuradoria Geral da República (PGR), ela defendeu os direitos de homossexuais e transexuais; de mulheres fazerem o aborto de anencéfalos; a liberdade de expressão e de manifestação pela legalização das drogas, mais especificamente o direito de realização das Marchas da Maconha; além de ter questionado a medida provisória de regularização fundiária da Amazônia Legal, por avaliar que o texto da lei privilegiava grileiros.

Como subprocuradora-geral da República e, há 11 anos, coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR), cujo escopo de atuação reúne grupos que têm um modo de vida tradicional distinto da sociedade nacional majoritária, como os indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, comunidades ribeirinhas e ciganos, Deborah Duprat critica a omissão dos Três Poderes em relação à obrigação do Estado de defender os direitos e interesses destes grupos. Especificamente sobre os povos indígenas, ela afirma que “estamos vivendo um dos piores momentos pós-Constituição de 1988 no que diz respeito a direitos territoriais indígenas”. Nesta entrevista, ela expressa opiniões sobre a inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, o desmonte da Fundação Nacional do Índio (Funai), as recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e a economia verde, dentre outros tópicos.

Porantim - Como a senhora avalia a atual situação dos povos indígenas no Brasil em relação aos seus direitos territoriais?

Deborah Duprat - Avalio que estamos vivendo um dos piores momentos pós-Constituição de 1988 no que diz respeito a direitos territoriais indígenas. Isso porque, pela primeira vez, os Três Poderes, por ação ou omissão, passam a percepção de que há excesso nas demarcações de terras indígenas e de que é preciso adotar providências no sentido de assegurar direitos de propriedade de terceiros.

Porantim - Uma das maiores ameaças aos povos indígenas atualmente é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215. Na sua opinião, ela é inconstitucional?

Deborah Duprat - A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF encaminhou ao Congresso Nacional nota técnica em que aponta inconstitucionalidades da PEC 215, a qual está disponível no sítio eletrônico 6CCR.pgr.mpf.mp.br. Também o STF, em mandado de segurança impetrado, salvo engano, pela Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, já sinalizou que a PEC 215, se aprovada, terá sua inconstitucionalidade declarada.

Porantim - Os povos indígenas vêm, constantemente, denunciando a situação de extrema vulnerabilidade da Fundação Nacional do Índio (Funai) - tanto em Brasília como nas regiões. No final de 2013, “vazou” uma proposta do próprio Executivo de modificar o procedimento de demarcação de terras indígenas. Como a senhora avalia estas duas situações?

Deborah Duprat - O Bourdieu fala dessas instituições, tal como a Funai, que são criadas com a aparência de que estão atendendo a uma demanda de dado movimento social. O artifício gera uma das dominações mais eficazes, que é o domínio sobre o tempo. As pessoas, mesmo vendo que não são atendidas em suas pretensões, continuam presas a essas instituições, que são o único espaço possível, dentro da Administração Pública, de realização de seus direitos. Ou seja, continuam enredadas numa instituição que foi intencionalmente concebida para não funcionar. É o que vemos com a Funai, sem estrutura material, sem concurso público para renovação e ampliação de seus quadros, sem orçamento para a realização de suas múltiplas funções e, principalmente, assediada

“Não se trata de possibilidade, mas de imperativo jurídico. A Convenção 169 da OIT trata do instituto da consulta exatamente com esse propósito, de impedir que os chamados “projetos de desenvolvimento” possam ocorrer em sacrifício de povos indígenas e comunidades tradicionais”

Antônio Augusto

Aliada na defesa dos direitos dos povos indígenas, a subprocuradora-geral da

para não cumprir a função típica para a qual foi criada – a demarcação de terras indígenas. Eu não conheço proposta alguma de novo procedimento de demarcação de terras indígenas, apenas ouço boatos de que há a intenção de alterar o Decreto 1775. Temos que aguardar para ver o desenrolar dessa história, principalmente no que diz respeito à consulta da Convenção 169 da OIT [Organização Internacional do Trabalho].

Porantim - Em setembro de 2014, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou a demarcação da Terra Indígena (TI) Guyaroká (cuja tradicionalidade já foi comprovada pelos estudos antropológicos), tendo como fundamento uma interpretação do marco temporal. Ou seja, a anulação do processo de demarcação deu-se porque os indígenas não estariam no território na época da promulgação da Constituição Federal, em 1988. Para a senhora, quais são os problemas desta decisão do STF?

Deborah Duprat - Há vários problemas nessa decisão, como mostram os embargos de declaração apresentados pela PGR [Procuradoria Geral da República]. Gostaria de destacar o que me parece o mais grave: uma concepção civilista de posse, contrária à disciplina constitucional de posse indígena. Há vasta literatura relativa aos Guarani, mostrando que, com o esbulho de suas terras, engendraram meios e modos de ali permanecer, como perambulando por esses territórios, realizando caça, pesca, rituais, empregando-se nas fazendas, além de outras formas. De modo que, no sentir dos Guarani, estavam e estão na posse de suas terras.

Porantim - Ainda em setembro, no dia 30, o STF anulou a portaria que declarou a TI Porquinhos, do povo Canela-Apãniekra, no Maranhão, desconsiderando um parecer da PGR de que houve um erro no processo demarcatório. Em dezembro, outra decisão do STF suspendeu o processo demarcatório da TI Limão Verde, do povo Terena, e reduziu o conceito de esbulho. Essas três



República, Deborah Duprat, investe esforços no sentido de contribuir para que o MPF compreenda melhor as mudanças operadas na Constituição de 1988

“O pluralismo é uma realidade empírica que se descreve. A interculturalidade é um desafio para os países plurais, em que saberes, visões de mundo, linguagens dialogam sem hierarquias, sem relações de poder”

Deborah Duprat - Em primeiro lugar, é preciso assegurar a autonomia e o protagonismo indígenas. O papel do MPF é alertar sobre possíveis consequências negativas, previstas ou não no contrato. E intervir na eventualidade de haver ilegalidade.

Porantim - O MPF tem alguma avaliação sobre estes mecanismos da economia verde?

Deborah Duprat - Não há, institucionalmente, uma posição a respeito. Eu, pessoalmente, vejo com péssimos olhos essa mercantilização da natureza. A defesa do meio ambiente requer mudança de paradigma, e não a internalização das práticas que o ameaçam, como essa visão instrumental que acompanha o projeto capitalista de desenvolvimento. No entanto, como já disse, respeito a opção dos povos indígenas que veem nessa a única possibilidade de sobrevivência minimamente digna, ao menos temporariamente.

Porantim - Na sua opinião, qual seria a melhor solução para os casos em que o próprio Estado cedeu áreas dos territórios tradicionais indígenas para proprietários particulares, como ocorreu no Mato Grosso do Sul e na região Sul, principalmente?

Deborah Duprat - Em Encontro Nacional da 6ª CCR, foi produzido um enunciado permitindo indenização – pagamento pela terra nua – com base no princípio da proteção à confiança legítima. Ou seja, o particular acreditou que o Estado, ao lhe transferir aquela terra, conferia-lhe um título legítimo. Daí por que ali fez o seu investimento de vida. Deve ser amplamente recompensado pelos danos que vier a sofrer pela perda daquela que acreditava ser sua propriedade.

Porantim - Por que os povos indígenas e as comunidades tradicionais são tão invisibilizados no Brasil ainda hoje?

Deborah Duprat - Porque infelizmente, a despeito de toda a transformação operada pela Constituição de 1988, pela Convenção 169 da OIT e pela declaração da ONU [Organização das Nações Unidas] para os povos indígenas, e por vários outros documentos internacionais, o Estado brasileiro ainda não se livrou de suas práticas e convicções hegemônicas.

Porantim - É possível conciliar a atual perspectiva de desenvolvimento ocidental, implementada pelo governo brasileiro, com o efetivo respeito aos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais?

Deborah Duprat - Não se trata de possibilidade, mas de imperativo jurídico. A Convenção 169 da OIT trata do instituto da consulta exatamente com esse propósito, de impedir que os chamados “projetos de desenvolvimento” possam ocorrer em sacrifício de povos indígenas e comunidades tradicionais. A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem mais de um precedente em que o veto das comunidades aos empreendimentos tem caráter absoluto, quando ocorre especialmente uma dessas duas hipóteses: desterritorialização forçada e interferência significativa no modo de vida do grupo. ♦

“Eu, pessoalmente, vejo com péssimos olhos essa mercantilização da natureza. A defesa do meio ambiente requer mudança de paradigma, e não a internalização das práticas que o ameaçam, como essa visão instrumental que acompanha o projeto capitalista de desenvolvimento”

recentes decisões do STF representam um retrocesso na atuação deste órgão em relação aos direitos dos povos indígenas?

Deborah Duprat - Aqui também padecem de maior análise os conceitos de posse e esbulho sob a perspectiva desses povos. Por ora, essas decisões estão limitadas à 2ª Turma do STF. É preciso levar a discussão ao Plenário da Suprema Corte e melhor qualificá-la, com aportes antropológicos e jurídicos. Em outros países, como Colômbia, Equador e Bolívia, as suas Cortes Constitucionais tiveram um papel fundamental na afirmação de direitos indígenas. Acredito que o STF também exercerá idêntico papel.

Porantim - O Brasil deveria se reconhecer como um Estado Plurinacional, como fazem a Bolívia e o Equador, além do Canadá e da Espanha, dentre outros? Quais seriam os benefícios deste reconhecimento?

Deborah Duprat - O Brasil ainda está longe de realizar, por completo, a passagem de um modelo tutelar para um modelo emancipatório. O instituto da consulta da Convenção 169, a presença dos indígenas e das comunidades tradicionais no processo de licenciamento, por exemplo, revelam bem como nossas práticas ainda têm um caráter colonial muito forte. Por outro lado, a nossa diversidade étnica é muito maior do que a dos países referidos. Temos que buscar soluções em que as diferenças dialoguem, encontrem consensos possíveis, ainda que provisórios, e não que se isolem em si. O grande desafio

não é o reconhecimento do “pluri”, mas sim do “inter”. O pluralismo é uma realidade empírica que se descreve. A interculturalidade é um desafio para os países plurais, em que saberes, visões de mundo, linguagens dialogam sem hierarquias, sem relações de poder.

Porantim - O que os povos indígenas podem fazer diante das ofensivas dos Três Poderes para terem seus direitos constitucionais, de fato, assegurados?

Deborah Duprat - Os povos indígenas têm suas estratégias de lutas, e a 6ª Câmara jamais pretendeu interferir ou retirar-lhes o protagonismo. Percebo, no entanto, que há, ainda, bastante incompreensão quanto à mudança operada pela Constituição de 1988. Como passamos 500 anos com práticas integracionistas, com o Estado voltado a um único modelo de sujeito de direito, há enorme dificuldade, em todos os setores, de pensar soluções dentro desse novo cenário jurídico. O papel que resolvemos assumir foi de levar a uma maior reflexão sobre o tema. Nesse sentido, acabamos de formar um grupo de estudos dentro da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), sob a minha coordenação, com o propósito de realizar seminários e cursos para toda a magistratura nacional. Também resolvemos produzir maior material teórico. Está em vias de sair um livro sobre a Convenção 169, resultado de um seminário internacional que realizamos no ano passado. Também os grupos de trabalho da 6ª CCR começam a fazer abordagens mais teóricas, na perspectiva da interculturalidade.

Porantim - Lideranças do povo Suruí foram recentemente à 6ª Câmara solicitar a anulação de um contrato de sequestro de carbono em suas terras, assinado com uma empresa de cosméticos. Outros povos indígenas estão sendo assediados para efetuarem contratos de mercado de carbono. Qual a posição da 6ª Câmara em relação a estes projetos de Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) e de outros mecanismos da economia verde, como o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA)?

A pluralidade brasileira negada

Lideranças indígenas de Rondônia e do noroeste do Mato Grosso foram, novamente, a Brasília para defender seus direitos. Há 515 anos a rica diversidade destes povos e seus modos de vida têm sido desconsiderados em nome do “progresso” e do “desenvolvimento” do Brasil.

Egon Heck, *Secretariado Nacional*

“**A** Amazônia é uma colônia”. É assim que têm concebido as elites políticas e econômicas do país. Desse modo, seus ciclos de expansão e “desenvolvimento” sempre deram-se às custas da destruição da natureza e de suas populações, em especial os povos indígenas.

Ainda no século XIX, a política colonial, de disputa territorial e fixação dos limites do país, e o ciclo do extrativismo da borracha significaram, primeiramente, a limpeza das regiões de seringueiras para a instalação dos barracões e da exploração escravagista da produção de borracha. A violência cometida contra as populações indígenas que viviam tranquilas na floresta foi fatal para vários povos. Alguns grupos indígenas foram integrados no esquema do barracão, como mão de obra gratuita ou como provedores de alimentos – roças, caça, coleta...

A partir da década de 1960 e principalmente de 1970 houve a invasão massiva dos territórios indígenas da região por projetos de colonização, pela expansão da frente agropecuária e dos garimpeiros. O grande estímulo a essas invasões foi a construção da rodovia BR 364, que cortou vários territórios indígenas e forçou a rápida e irresponsável “pacificação” de vários povos.

Neste contexto, a maioria dos grupos indígenas tentou fugir enquanto pode. Mudando-se para os lugares mais distantes das atividades invasoras, refugiando-se nas fronteiras do país e nos altos rios e igarapés. Vários deles perambulam até hoje, fugindo sistematicamente, e até onde é possível, das frentes de expansão econômica, principalmente dos madeireiros, garimpeiros, mineradoras e megaprojetos, como as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira. Conforme denúncia do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que busca estratégias de proteção a esses grupos, a iminência de contatos indiscriminados e consequente extermínio dos indígenas em situação de isolamento voluntário é real, absurda e criminosa. Apenas em Rondônia existem informações sobre a existência de 19 grupos em situação de isolamento voluntário.

Uma estratégia muito utilizada pelo Estado brasileiro foi a transferência forçada de povos indígenas sobreviventes dos mais diversos massacres ou daqueles cuja presença era considerada um obstáculo ao desenvolvimento e à segurança nacional. Em Rondônia, o “depósito ou confinamento” de indígenas foi feito no Posto Ricardo Franco, atual Terra Indígena Rio Guaporé. Na época, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) mantinha, em Rondônia, quatro postos: além de Ricardo Franco, Rodolfo Miranda, Cascata e Rio Branco. Mais de vinte povos foram levados para estas áreas.

O histórico de violências e violações aos povos indígenas, em todo o estado, infelizmente continua bastante atual. Em Rondônia e no noroeste do Mato Grosso vivem cerca de 60 povos em 23 terras indígenas, totalizando uma população de aproximadamente 11 mil pessoas, conforme dados do Cimi Regional Rondônia. Um fato bastante relevante é a existência de

pelo menos dezoito grupos de indígenas em situação de isolamento voluntário, sendo que catorze das áreas onde estes grupos circulam não tiveram nenhuma providência administrativa por parte dos órgãos do Estado no sentido de protegê-los dos madeireiros, garimpeiros e grileiros, dentre outras ameaças.

Novamente na capital, por direitos

Em fevereiro, lideranças de dez povos indígenas de Rondônia e do noroeste do Mato Grosso - Suruí, Cinta Larga, Arara, Puruborá, Wajoro, Karitiana, Guarasugwe, Oro Waram Xijein, Oro Mon e Oro Waram - estiveram em Brasília para reivindicar demandas históricas, como a efetivação das demarcações de terras e a implementação de políticas diferenciadas para educação e saúde. No entanto, a mobilização das lideranças amazônicas na capital federal centrou-se, principalmente, na resistência à atual ofensiva aos seus direitos garantidos tanto na Constituição Federal como em legislações internacionais. Projetos de aprofundamento do capitalismo, como os vinculados à economia “verde”, especificamente o de captura de carbono que vem ameaçando a autonomia dos Suruí ao seu território e acirrando conflitos internos no povo, também foram foco da mobilização dos povos em Brasília. Alguns deles levaram até seis dias para chegar na capital do país.

Enquanto denunciavam que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215 é uma declaração de guerra contra todos os povos indígenas do Brasil, na surdina, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) assinava a criação de uma nova Comissão Especial para esta famigerada PEC.

“Na verdade, as elites brasileiras nunca aceitaram que os povos indígenas tivessem direito a seus territórios e aos recursos naturais neles existentes. Não admitem em hipótese nenhuma que esse seja um país plural”



As hidrelétricas construídas no Rio Madeira são um dos mais recentes exemplos

Terra, prioridade número um

Dentre os principais problemas trazidos pelas lideranças, foram destacadas a paralisação do processo de demarcação das terras dos povos Cujubim, Miguelem, Wajoro, Puruborá, Cassupá, Karitiana e Kaxarari e da homologação e desintrusão da Terra Indígena Rio Negro Ocaia, do povo Wari.

A grave situação de invasão dos territórios indígenas por madeireiros e empreendimentos, como as pequenas centrais hidrelétricas, foram amplamente denunciadas. No entanto, os indígenas afirmaram não ter ilusões de que a boa vontade expressa por funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai), inclusive seu presidente, resulte em ações efetivas de garantia dos direitos indígenas. “Todo mundo vê que a Funai está cada vez com menos poder, menos capacidade e recursos para defender nossos direitos”, declarou uma das lideranças da delegação.

No documento entregue à coordenadora da 6ª Câmara, Deborah Duprat, ressaltam: “Outro grande problema enfrentado por nós é o uso de agrotóxico no entorno de nossos territórios, que vem afetando gravemente a saúde do nosso povo, além de comprometer a nossa biodiversidade, reduzindo os peixes dos nossos rios, as caças de nossas florestas, e contaminar a água que consumimos”. Também denunciaram a total desassistência à saúde e expressaram posição contrária à criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi).

Repúdio ao projeto de carbono

“Queremos a suspensão imediata desse projeto de carbono, que está matando o povo Suruí”. Essa foi a reivindicação dos caciques e lideranças do povo Suruí que participaram de uma audiência que durou mais de três horas, no auditório do Ministério Público

Revisitando o Congresso

Ao acompanhar grupos da delegação de Rondônia e do Mato Grosso no Congresso, em visita aos gabinetes dos deputados e das lideranças de partido, tive a sensação de voltar à década de 1980, na véspera da aprovação da nova Constituição.

Naquela época, a luta era pela sensibilização dos parlamentares para a necessidade de aprovar

os direitos dos povos indígenas. Agora, o mesmo processo foi feito, com o agravante de estarem lutando para que esses direitos não sejam retirados da Constituição.

Na verdade, as elites brasileiras nunca aceitaram que os povos indígenas tivessem direito a seus territórios e aos recursos naturais neles existentes. Não admitem

em hipótese nenhuma que esse seja um país plural e que as novas gerações e os movimentos de direitos humanos individuais e coletivos, assumam a luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos, das minorias e da Mãe Terra. Não percebem que o que está em jogo não são apenas os territórios indígenas, mas a própria vida no planeta Terra.



José Rosha



Patrícia Bonilha

da visão hegemônica de que a Amazônia é um território a ser ocupado e “desenvolvido”. Os povos indígenas e as comunidades tradicionais são totalmente ignorados neste processo



para que não aconteçam com outros povos indígenas. É fundamental enxergar esse tipo de projeto como parte de uma política de neocolonialismo. Em nota divulgada em fevereiro de 2012, o Cimi já denunciava: “Esses projetos transformam a natureza em mercadoria, a gratuidade em obrigação, a mística em cláusula contratual, o Bem Viver em supostos ‘benefícios do capital’. É a mercantilização do sagrado e a coisificação das relações humanas em interface com o meio ambiente”.

No documento entregue ao Ministério Público Federal, as lideranças demandam:

Exigimos urgentemente a suspensão e posterior cancelamento do Projeto de captura de Gás Carbono no território indígena Suruí e Cinta Larga e o impedimento de implementação de qualquer projeto que visa esse tipo de exploração em todos os territórios indígenas no estado de Rondônia e no Brasil.

Leia mais na página 12.

Os “Resistentes” e suas lutas

Chama atenção a resistência, não apenas física, mas também cultural desses povos do Norte do país. “Queremos continuar sendo nós mesmos, vivendo conforme nosso jeito de ser, praticando nossos rituais, nossos cantos, danças, comendo nossos alimentos, com nossa organização, falando nossa língua e formando nossos guerreiros”. Essa é uma frase ouvida com frequência dos povos indígenas do Brasil.

Desse modo, um fenômeno que se deu em quase todo o país é o reassumir de identidades de grupos que eram considerados extintos. Ele também acontece em Rondônia onde nas últimas décadas quase uma dezena de povos “ressurgiu das cinzas, rebrotou de suas raízes e reapareceu nas listas de povos extintos”.

Recorrentemente os indígenas denunciam a morosidade no reconhecimento étnico dos povos Guarasugwe e Chiquitano e exigem agilidade na emissão da documentação indígena dos povos Cujubim, Miguelem, Wajoro, Puruborá e Cassupá.

Como tudo começou

Quando, como equipe da então Operação Anchieta (Opan), em janeiro de 1972, subimos o Rio Guaporé até a aldeia Sagarana, eu não imaginava que esse embrenhar-se na realidade indígena acabaria tornando-se a opção por toda uma vida. Uma longa e linda saga teve ali início.

A pedido da Prelazia de Guajará Mirim, fomos dar continuidade a um trabalho de sobrevivência de um pequeno grupo de indígenas Oro Wari (até então denominados de Pakaa Nova). Eles haviam sido trazidos para esse pedaço de terra da Prelazia no intuito de salvá-los das grandes epidemias que grassavam entre esse povo recém contatado. A estimativa é de que mais de 3 mil indígenas morreram, tendo sobrevivido apenas aproximadamente 500. As pessoas ali estavam profundamente impactadas e debilitadas por uma operação desastrosa de “pacificação”, feita pelo SPI no início da década de 1960.

Como várias epidemias começaram a vitimar a população indígena, a Prelazia, na impossibilidade de continuar atendendo a todos no hospital de Guajará Mirim, resolveu construir um hospital específico para o tratamento dos sobreviventes, em Sagarana. Com os doentes foram também chegando os parentes, dando origem à constituição da aldeia. Hoje já são três aldeias com uma população de quase 400 pessoas.

Chegamos à Colônia Agrícola de Sagarana, na Baía, próximo ao povoado de Surpresa. Estava em curso uma pequena experiência de posto de troca de mercadorias, como castanha, por objetos de primeira necessidade – objetos de pesca e caça, alimentos, fósforo, roupas...

Um campo de futebol, com capim alto, foi ajeitado para corrermos atrás da bola. Recordo-me que certo dia ouvimos um porco gritar e, aos poucos, foi juntando gente ao redor de uma enorme sucuri, de mais de 6 metros. Depois de muitas manobras, a cobra acabou sendo morta com um tiro de espingarda.

Sagarana sobreviveu, sua população aumentou. Conquistaram a terra, doada pela Prelazia, e hoje são lutadores do movimento indígena de Rondônia. Lembro muito bem de Eva Canoé e Piau, através de quem homenageio os povos indígenas com os quais trabalhei e fui solidário em todo o país. ♦

Federal (MPF). Eles referiam-se ao polêmico projeto Carbono Florestal Suruí, assinado com a Natura em setembro de 2013.

Após alguns depoimentos de caciques Suruí, Deborah Duprat ponderou: “Temos um problema muito sério com o projeto de sequestro de carbono Suruí. A 6ª Câmara aconselhou que não aceitassem o projeto. O contrato foi assinado e, portanto, continua válido. Pelo funcionamento da Justiça será preciso provar que não está sendo cumprido o que foi pactuado. Posso garantir a vocês que o MPF irá se empenhar para que haja uma rigorosa e profunda avaliação do projeto e de suas consequências em termos de violência gerada, conflitos graves que podem levar a mortes e apropriações indébitas dos recursos, e a quem beneficiam. O Ministério Público não fará nenhuma ingerência na questão interna do povo, pois quem melhor pode impedir esse projeto são vocês”.

Ficou evidente que as consequências perversas desse tipo de projeto devem servir como aprendizado e alerta

Luta e esperança

Ao elencar alguns elementos da luta dos povos indígenas de Rondônia nas últimas décadas não podemos deixar de reconhecer importantes vitórias, especialmente na conquista dos territórios e na união, organização e articulação

no enfrentamento dos interesses e setores anti-indígenas na sociedade brasileira.

Talvez ainda sejam necessárias várias gerações para que efetivamente sejam superados os preconceitos e a discriminação contra os povos

indígenas. E para que se tenha uma perspectiva mais realista destes povos, nem demonizante, nem idílica. Simplesmente povos diferentes, com valores profundamente vinculados à natureza e ao sagrado e culturas e sabedoria de resistência secular.

A vida nas próprias mãos

No Maranhão, o povo Ka'apor tem priorizado a sua autonomia tanto nos espaços das políticas públicas como na proteção de seu próprio território. Além de ser um direito natural, esta opção também é garantida pela legislação brasileira

Rosana Diniz, Cimi Maranhão

Mais de 150 indígenas Ka'apor, de quinze aldeias da Terra Indígena (TI) Alto Turiaçu, reuniram-se para discutir questões pertinentes à sua própria existência física e cultural, como saúde, educação e proteção territorial. A Assembleia foi realizada na aldeia Gurupiuna, entre os dias 9 e 13 de fevereiro, no Centro de Formação e Saberes Ka'apor, e teve como fundamento essencial a própria autonomia do povo.

As assembleias têm se configurado como mais uma oportunidade para o povo fortalecer seus processos organizativos em busca da permanência no seu território. Mas esta permanência necessariamente deve ser acompanhada de modos participativos de gerir a saúde indígena, de processos educativos construídos pelas próprias mãos da comunidade e de um território livre de invasores.

Continuamente, o povo Ka'apor tem denunciado aos órgãos públicos, em especial à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Ministério Público, a invasão e exploração ilegal de madeira em seu território. Sem obter apoio, desde 2009 o povo intensificou sua iniciativa histórica de realizar, por conta própria, ações de proteção do seu maior patrimônio natural – a Mãe Terra. Em decorrência dessa atitude legítima, o povo sofre violentas agressões e constantes ameaças às suas lideranças. Em janeiro de 2014, dois jovens Ka'apor foram alvejados enquanto faziam a vigilância da terra e cerca de 20 homens armados e encapuzados entraram no acampamento dos indígenas, humilharam homens e mulheres e levaram o jerico que os Ka'apor tinham apreendido em uma ação de proteção. Este é apenas um exemplo dentre inúmeros atos violentos realizados pelos madeireiros que exploram ilegalmente o território. Certamente, eles sentem-se fortalecidos pela impunidade e pelo descaso do poder público, que tem a obrigação de proteger os territórios indígenas.

E agosto de 2014, uma dessas ações de monitoramento e proteção da floresta e do território indígena realizada pelos Ka'apor foi registrada pelo fotógrafo da agência Reuters, Lunaé Parracho, e teve repercussão internacional. No dia 7 daquele mês, cansados de pedir ajuda às autoridades e à Funai e contando com o apoio de outros povos, os Ka'apor prenderam e amarraram madeireiros ilegais que atuam dentro da TI Alto Turiaçu. Caminhões e tratores foram queimados durante a ação, eviden-



Autonomia, território protegido, saúde e educação diferenciadas e de qualidade são as principais inspirações para a luta do povo Ka'apor, que vem con-

ciando como os invasores transitavam livremente e com bastante estrutura dentro do território indígena, demarcado desde 1978.

Em relação às políticas públicas de saúde e educação, o povo Ka'apor também tomou uma atitude de participação ativa na elaboração e execução da política de educação escolar para suas comunidades, tentando preencher uma lacuna deixada pela Secretaria de Estado de Educação do Maranhão (Seduc), que há tempos não tem curso de formação para professores, dentre outras. A Secretaria, em vez de apoiar e contribuir com esse processo importante, tem assumido uma postura autoritária, de não reconhecimento do mesmo.

Na saúde indígena, o povo tem denunciado o descaso nas aldeias, onde falta praticamente tudo: medicamentos, profissionais qualificados, equipe multidisciplinar, transporte. Sem sucesso nas denúncias, decidiram também assumir a elaboração e condução dessa política. Da mesma forma que a Seduc, o Distrito Especial de Saúde indígena (Dsei/MA) tem ignorado tal processo.

Trajeto até a aldeia Gurupiuna

Saindo da cidade de Centro do Guilherme, micro região de Gurupi, na área noroeste do estado, representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o presidente da Comissão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Maranhão, seguiram por mais de 2 horas até chegar à aldeia Gurupiuna. A região é conhecida pela pobreza e pelos conflitos agrários e ambientais devido à disputa pela terra e pela floresta. Nesta área, nos anos de 1960, sobre o território Ka'apor, foi implantado o extinto projeto Colonização Nordeste (Colone).

Entre as espremidas quadras de camponeses que conseguiram acesso à terra, vislumbram-se intermináveis fazendas. Os rios e morros devastados denunciam que a

floresta amazônica cedeu lugar aos latifúndios. Um após o outro, os caminhões carregados de madeira seguiam em direção à cidade de Centro do Guilherme. Assim foi até a chegada na mata, quando um mar verde tomou conta da paisagem. O frescor e a brisa anunciavam que ali estava a entrada do território dos Ka'apor, palavra que significa "povo da floresta".

O Rio Gurupiuna recepcionou os parceiros dos Ka'apor na entrada da aldeia. As árvores cerradas indicavam que muitas pontes foram feitas e refeitas por sobre aquele rio. A TI Alto Turiaçu tem uma quantidade enorme de ipês e este é um dos principais motivos da cobiça e das diversas formas de violências cometidas pelos madeireiros contra os Ka'apor e a floresta.

No dia seguinte o amanhecer foi animado por uma ampla gama de pássaros e muitos guaribas. Posicionados em círculos, pintados e enfeitados com cocares e adornos labiais, os Ka'apor cantaram e dançaram. Valdemar Ka'apor, uma importante liderança, comandou os cantos que falam da floresta e dos pássaros. Fortalecidos por essa espiritualidade, foram iniciados os trabalhos do dia.

Amor e compromisso pela floresta

A história de dona Marilza ilustra bem o momento histórico que o seu povo vive. Com 44 anos, ela é mãe de cinco filhos, avó de quatro netos e fez parte do Projeto de Capacitação de Professores Indígenas, promovido pelo Cimi Maranhão entre 1999 e 2001.

Em setembro de 2013 a equipe do Cimi visitou a aldeia Xije, morada de dona Marilza, por ocasião de um encontro sobre educação escolar Ka'apor. Já naquele contexto, muitos Ka'apor, inclusive ela, já estavam decididos a dar um basta à derrubada da floresta.

Em fevereiro de 2015, encontramos dona Marilza, agora ali naquela aldeia, recebendo os convidados para





Construindo ferramentas e metodologias para desfrutar plenamente o Bem Viver



José Mendes

apenas uma professora não indígena está no corpo docente das escolas Ka'apor, uma decisão do povo]. A Seduc não dá o apoio necessário para as reuniões que organizamos para discutir a educação escolar em nossa terra. Porque as crianças têm direito a uma educação diferente de antes. A Seduc não nos apoia, ela não reconhece o nosso Centro de Formação e Saberes e nossas ações”.

“E por que é preciso ter um território protegido?”

“Por que é bom pra nós. Olha, escuta! Estamos aqui hoje, ouvindo os bichos e pássaros. Se não tivesse a floresta, eles não estariam aí. É muito importante para nós. Nossos filhos vão conhecer as caças, os pássaros e as árvores. Por isso nós fizemos o Centro de Saberes. Nós fizemos muitas ações junto aos órgãos públicos para nos ajudarem a retirar os madeireiros. Aí, eles diziam que tinham muitos pistoleiros armados na floresta. Nós temos que ir lá! [referindo-se à entrada de madeireiros pelo Rio Gurupiuna]. Aí, viemos. Vieram também famílias de outras aldeias de perto, no dia 23 de outubro de 2013. Aí, nós falamos para os madeireiros saírem. Fomos cortando as pontes. Os madeireiros deram armas para os nossos parentes para eles nos enfrentarem [outros Ka'apor e Tembé, de uma aldeia vizinha]. Dissemos aos parentes: ‘não vamos enfrentar vocês, fiquem quietos e não atrapalhem o nosso trabalho de proteção’. Enfrentamos também as mulheres dos madeireiros, botamos pra correr debaixo de peia, queimamos caminhões e tratores. Ocupamos e aqui ficamos. Estamos conversando para que outras famílias ocupem outros lugares. É assim que vamos proteger e vigiar nosso território”.

A luta pelo Bem Viver Ka'apor

E a conversa continuou...

“ – Dona Marilza, o que mudou na sua vida e na vida de seu povo desde então?”

“Os madeireiros estão saindo. Os jovens Ka'apor pararam de beber e ir para os bares e festas. A comunidade e as lideranças estão controlando a situação. Os nossos encontros... nunca nos encontrávamos antes, e tínhamos raiva entre nós, raiva plantada pelos madeireiros que davam comida pra dividir a gente. Agora, neste encontro, estamos compartilhando já a nossa comida. Estamos discutindo os nossos problemas. Estamos falando sobre as queimadas descontroladas, da floresta. As crianças estão acompanhando tudo. Outro dia o meu menino, de 5 anos, olhando pra nós abrindo roça, disse: ‘como é que vocês estão combatendo os madeireiros e estão serrando as árvores?’”.

É assim, com dor e sofrimento, mas também com uma profunda vontade de manter o Bem Viver Ka'apor que Gurupiuna vai se tornando um lugar prenhe de significados para esse povo. A primeira aldeia dos antigos, que se “encantou”, foi refundada e agora é novamente habitada pela necessidade de defesa da floresta, a grande casa Ka'apor. As primeiras roças estão sendo abertas na mata. Foi aqui também que, das mãos dos Ka'apor, ergueu-se uma estrutura com espaços para reunião, estudos, cozinha e hospedagem, feito com material local: o Centro de Formação e Saberes Ka'apor.

Conquistas e desafios à frente

O processo organizativo Ka'apor, nas feições que possui hoje, teve início em 2009, com um encontro para discutir a educação escolar. Nos anos seguintes outros encontros foram organizados e além da educação, a saúde, a revitalização das práticas e dos saberes tradicionais Ka'apor e a proteção do território passaram a ser discutidos.

Hoje são os Ka'apor que ocupam os cargos na educação, na coordenação da saúde e do controle social e na Coordenação Técnica Local, da Fundação Nacional do Índio (CLT/Funai), no município de Zé Doca. Nesse processo de acordos de convivência e resistência nesse território, os Ka'apor, por meio de planos de trabalhos, têm utilizado bens e serviços que privilegiam o coletivo nesse processo de luta e organização.

Os Ka'apor, assim como todos os povos indígenas, têm espinhosos desafios pela frente. Um deles é a articulação da luta local com a global; outro é o compartilhamento de seus aprendizados e suas estratégias com outros povos e comunidades, em processo semelhante ao que vivem, ao longo deste ano de 2015. No entanto, sem dúvida, a luta mais significativa e emblemática é o enfrentamento dos interesses dos setores econômicos hegemônicos articulados para que haja um retrocesso dos direitos indígenas garantidos pela Constituição Federal e a, conseqüente, expropriação dos bens comuns existentes nas terras indígenas.

Outro evidente desafio enfrentado pelo povo é a ausência ou a pouca sensibilidade dos órgãos públicos vinculados à segurança, direitos humanos e proteção territorial, educação e saúde. A ausência de representantes da Funai, da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e da Seduc nesta II Assembleia explícita a falta de apoio destes órgãos aos Ka'apor, já que, mesmo tendo sido convidados, não participaram deste importante momento político da comunidade indígena. Como sabiamente declarado por dona Marilza Ka'apor, “os resultados vêm das iniciativas do povo, e não do Estado brasileiro”.

Um processo de fortalecimento

Em 2009, os Ka'apor realizaram, na aldeia Turizinho, o I Encontro sobre Educação Escolar Indígena e criaram uma comissão para visitar e animar as aldeias. Em 2010, o II Encontro ocorreu na aldeia Sítio Novo, e retomou o ensino a partir da cultura e da produção tradicional Ka'apor.

Em janeiro de 2012, o III Encontro, na aldeia Axi-guirendá, focou na organização do ensino nas aldeias. Em março do mesmo ano, o IV Encontro, na aldeia Parakuírena, com a presença de dois Tapirapé, teve como temas bilinguismo e gestão.

Em 2013, ocorreu o V Encontro de avaliação cognitiva dos alunos, na aldeia Zé Gurupi. O VI Encontro, em junho de 2013, na aldeia Xije, retomou a discussão do Projeto Político Pedagógico Ka'apor e a contratação de professores indígenas e não indígenas para o programa Educação de Jovens e Adultos (EJA), que atende atualmente a 25 indígenas e sete não indígenas.

Em 2013 iniciou-se um processo de etnomapeamento por meio do acesso de um edital dos Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (PDPI). O trabalho envolve a coordenação de campo com os guardas florestais. ♦

Com informações do antropólogo José Mendes

Saúde, educação e terra

Nossa conversa começou assim:

“ – Dona Marilza, por que a demanda por uma saúde digna?”

“ – Porque nosso atendimento não é como queremos. Porque a equipe de saúde do Pólo (Zé Doca) quando vem nas aldeias, diz que não há remédios. O que eles querem fazer com nós? Porque nós sabemos que o governo tem dinheiro para a saúde indígena. Antes não sabíamos sobre os recursos, mas agora sabemos, e vamos atrás. No ano passado, muitos Ka'apor morreram. Nosso direito não tá sendo atendido!”, resumiu.

“ – E a educação diferenciada?”

“ – Para nós aprender a escrever a nossa língua, fortalecer nossa cultura. Antes, não estava dando certo a educação escolar. Hoje estamos melhorando com a nossa luta [hoje

Xakriabá de Cocos denunciam violação de direitos

Constantes episódios de intimidação, violência e perseguição e a necessidade de regularizar o território, localizado em plena rota do agronegócio, no oeste baiano, foram os principais motivos da denúncia feita pelo cacique Divalci José da Costa e por outros indígenas do povo Xakriabá

Cimi Leste

No final de janeiro, o cacique Divalci José da Costa, do povo Xakriabá, município de Cocos, oeste da Bahia, esteve em Brasília (DF), ao lado de outras lideranças indígenas e representantes indigenistas, visitando diversos órgãos federais para denunciar a grave situação de violação de direitos, na qual vive seu povo. Esquecidos pelo Poder Público, lutam para se manter sobre o território tradicional enfrentando o poder econômico do agronegócio e as balas dos pistoleiros.

Na Fundação Nacional do Índio (Funai), com o presidente do órgão indigenista, Flávio Chiarelli, e na Procuradoria Geral da República (PGR), junto aos assessores da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, as lideranças relataram a situação de descaso por parte do governo federal quanto ao reivindicado pelos Xakriabá de Cocos e os problemas decorrentes da falta de regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas pelo povo. A coordenação executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e representantes do Cimi de Brasília e do Regional Leste também estiveram nas reuniões.

O cacique relatou às autoridades que desde o início dos anos 1990 a sua comunidade vem solicitando a regularização do território tradicional, que passou a ser alvo da cobiça de fazendeiros e empresários rurais estimulados por programas oficiais de ocupação predatória no oeste baiano, em especial pela soja. O mais recente projeto é a chamada Mapitoba, acrônimo extraído das duas primeiras letras dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, que o agrônomo Xico Graziano, ex-secretário de Agricultura e do Meio Ambiente de São Paulo, chama de “o reino das fazendas corporativas”. São 414 mil Km², cobertos pela caatinga, que hoje aguçam a ambição dos latifundiários. No lado baiano está o território de Xakriabá de Cocos.

Reivindicado pelo povo, o território encontra-se em plena rota do agronegócio. Na Mapitoba já se produz 10% da soja brasileira, com 3 milhões de hectares colhidos no último ano. Na década de 1970, nestes “gerais”, como todo o oeste da Bahia é conhecido, havia um reduzido índice populacional. A partir da década de 1980, quando teve início o Projeto de Reflorestamento do Oeste Baiano, essas comunidades teriam passado a viver um “estado de pobreza absoluta” face à progressiva circunscrição dos espaços até então disponíveis, utilizados tradicionalmente para o plantio, a caça, a coleta de frutos e raízes do mato, a retirada de lenha, a pesca. Esta área, então, passou a ser reclamada por fazendeiros e empresários rurais recém chegados na região, estimulados pelos incentivos fiscais acenados pelo governo federal.

Violência denunciada à Funai

O padre José Evangelista de Souza, então pároco de Cocos, coautor de uma representação em defesa dos direitos dos Xakriabá e de pequenos agricultores, afirma que a apropriação das terras antes utilizadas pelas comunidades se concretizou pela adoção de métodos violentos. Mesmo com duas décadas e meia de denúncias pelo padre, tais métodos continuam sendo utilizados e denunciados; hoje em dia pelo atual pároco, Albanir da Mata Souza. Este foi um dos motivos que levou o cacique Divalci a sair escondido, na noite de 28 de janeiro desse ano, e percorrer cerca de 620 km da aldeia de Porcos até a capital federal.

Por conta desse histórico, o cacique Divalci, durante a reunião com o presidente da Funai e representantes da PGR, lembrou de diversos episódios de violência contra o povo.

Em junho de 2013, o veículo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), onde se encontrava a sua família, foi atacado por dois pistoleiros e obrigado a retornar à aldeia de Porcos. Os autores do ataque foram identificados e denunciados. A tocaia à família

Cimi Leste/Equipe Xakriabá



do cacique ocorreu por volta das 6h, quando a liderança seguia para a cidade de Barreiras, onde seria recebida pelo procurador no Ministério Público Federal (MPF). A interceptação ocorreu de forma violenta e o motorista do veículo foi obrigado a retornar depois de ter percorrido cerca de 40 quilômetros.

Ao chegarem à aldeia de Porcos, Divalci foi cercado por aproximadamente 40 homens que o hostilizaram e comemoraram a sua captura. Os pistoleiros responsáveis pelo ataque foram ovacionados e recebidos com gritos e aplausos. Em seguida, um dos pistoleiros, também identificado, fez diversas ameaças ao cacique e informou-lhe que a partir daquele momento o carro



Território dos Xakriabá passou a ser alvo da cobiça de fazendeiros e empresários, estimulados por programas de ocupação predatória no oeste baiano

Relatório da PF denunciou ação armada contra indígenas

“O comportamento pessoal do Comandante Prado, ao ser autuado em flagrante, demonstra o que de mais vil, reprovável e atrasado existe no Brasil. Ligou para deputados, políticos e ameaçou de represálias policiais, mentiu em seu interrogatório alegando que sofrera maus tratos pelos policiais federais, enfim, arrotou a arrogância típica dos coronéis de antigamente, na crença da impossibilidade de ser atingido pelas leis penais do país, e na utilização

descarada da técnica da intimidação e do constrangimento das autoridades legalmente constituídas”.

A narrativa é parte do Relatório Circunstanciado Cocos (BA), enviado à inspetoria da Polícia Federal (PF) em 3 de fevereiro de 2011, sob análise e redação do delegado Victor Emmanuel Brito Menezes, atendendo expediente da Ouvidoria Agrária Nacional. O órgão solicitou averiguação à PF sobre a existência de “vigilantes” armados em

fazendas nas imediações do município baiano. As “propriedades” incidem sobre territórios tradicionais reivindicados e ocupados pelo povo Xakriabá de Cocos.

Na condução do relatório, o delegado afirma que não há dúvidas “sobre a existência de empregados armados na Fazenda Portela, tanto que foram autuados em flagrante por porte ilegal um funcionário (...) e o suposto proprietário de fato da fazenda, conhecido

na região como Comandante Prado”. Com base no trabalho realizado pelos agentes federais, Menezes recomendou “ação policial mais numerosa e efetiva, com vistas a descobrir todas as armas existentes na fazenda do Comandante Prado” e os demais crimes que Prado vem cometendo. Mesmo com a conclusão das investigações pelas autoridades policiais há três anos, nada ou pouco foi feito para a efetiva proteção das comunidades indígenas. ♦



Procuradoria da República: Funai deve realizar estudo

Em 2008, o governo da Bahia lançou o Programa Estadual de Bioenergia (BahiaBio). O projeto estimou em 240 mil hectares a área propícia ao cultivo de cana-de-açúcar no oeste baiano destinada ao etanol. Ou seja, a ocupação das áreas tradicionais do povo Xakriabá de Cocos por fazendas é parte integrante desse esforço. A antropóloga Sheila Brasileiro, perita da Procuradoria da República na Bahia (PR/BA), relatou a situação em 2011 depois de percorrer a região. O avanço acelerado das fronteiras agrícolas, com o aval das autoridades públicas, tem lançado os fazendeiros para cima das terras indígenas, ribeirinhas e camponesas.

No município de Cocos, além do Povoado de Porcos, há ainda outras comunidades fundadas por indígenas Xakriabá: Cajueiro, Bom Jesus e Canguçu. Estes grupos de indígenas que chegaram ao oeste da Bahia a partir do final do século XIX e início do XX são oriundos de São João das Missões (MG), onde o povo Xakriabá foi aldeado no século XVIII. Conforme o relatório da antropóloga, o interesse sobre estas terras, tomadas por registros arqueológicos, arrefeceu no final do século passado com a falência de várias empresas de celulose.

A partir da primeira década do século XXI, todavia, as fazendas agropecuárias passaram a pressionar as comunidades com o intuito de ocupar as terras. Em Canguçu, por exemplo, Sheila reproduz relatos de famílias demonstrando as restrições impostas por fazendas que ali se instalaram contra a agricultura de subsistência praticada pelos indígenas. Não restou alternativa a muitos destes Xakriabá a não ser trabalhar para os fazendeiros que os acoçam e violentam. Uma narrativa conhecida país afora, ainda mais quando todos os apontados nas investigações policiais estão soltos e agindo.

Sheila, além destas considerações, apontou no relatório as imensas dificuldades enfrentadas pelas comunidades indígenas existentes “em terras ainda não regularizadas, tais como a falta de acesso adequado aos serviços de educação e saúde, ameaças à vida e integridade física de seus integrantes e os conflitos fundiários”. E assim determinou a Procuradoria da República:

Que seja dado início aos estudos de identificação e delimitação da Terra Indígena Xakriabá, situada no Município de Cocos/BA, no prazo Máximo de 180 dias (cento e oitenta) dias, devendo ser garantida a participação do grupo envolvido em todas as fases do procedimento;

Que, neste mesmo prazo, deverão ser apresentadas a esta Procuradoria da República o cronograma completo dos trabalhos; a identificação do profissional nomeado para a realização do estudo antropológico de identificação; a relação dos profissionais componentes do grupo de trabalho encarregado de promover os estudos complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário necessários à delimitação, tudo de acordo com o Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Nenhuma destas determinações da Procuradoria da República foi cumprida pela Funai. ♦

da Sesai ou qualquer outro veículo que representasse órgãos de defesa e efetivação de direitos indígenas estavam proibidos de circular naquela localidade. Caso a ordem não fosse respeitada, os veículos que estivessem a serviço da comunidade seriam incendiados. Estes pistoleiros também foram denunciados junto ao MPF de Barreiras.

Autoridades públicas ameaçadas

O cacique também denunciou na Funai e PGR que desde o final de 2013 sua comunidade encontra-se sem atendimento por parte da Sesai. Conforme o indígena, quando eles conseguiram um veículo, junto ao órgão do Ministério da Saúde, os fazendeiros passaram a impedir a entrada das equipes de saúde. Mais ameaças foram feitas contra ele e o padre Albanir. O arbítrio e o escárnio dos fazendeiros contra as autoridades públicas não pararam por ali.

No ano passado, a comunidade foi contemplada com a perfuração de um poço artesiano, mas as obras nem sequer começaram devido ao ataque de pistoleiros para impedir a sua execução. A lista é longa: a prefeitura municipal foi impedida de realizar melhorias nas estradas, sendo que os trabalhadores foram ameaçados pelo mesmo grupo de pistoleiros e fazendeiros. Os trabalhos foram suspensos sob ameaça de que as máquinas doadas ao município pelo governo federal seriam incendiadas.

A sensação da comunidade é de estado de sítio. No dia 19 de junho de 2014, a Coordenação Regional da Funai de Paulo Afonso (BA) dirigiu-se até a aldeia de Porcos para averiguar a situação e buscar soluções para o conflito. Por volta de 18h30, quando a equipe retornava da reunião, o veículo que os conduzia foi alvejado por disparos de armas de fogo de grosso calibre. A equipe de servidores da Funai compareceu à Polícia Civil de Cocos e registrou boletim de ocorrência. A perícia do veículo foi solicitada pela Funai. “Esses atos de intimidação, violência e perseguição por parte dos fazendeiros têm



Cacique Divalci alertou Funai e PGR sobre episódios de violência contra o seu povo na Terra Indígena Xakriabá de Cocos

de ser exterminados, e para que consigamos manter uma relação de bem viver social, faz-se necessário a agilidade de providências legais para pôr fim a essa situação”, afirma Carlos Roberto, coordenador Regional da Funai, em memorando de 25 de junho de 2014.

Divalci afirmou que todos estes fatos vêm sendo denunciados aos órgãos competentes com memorandos, ofícios e relatórios, mas nenhuma solução foi apontada ou tomada. Famílias estão separadas em função do domínio que os pistoleiros exercem sobre as áreas que dão acesso à aldeia, dividindo o povo. Não existe direito de ir e vir. Os indígenas vivem exilados e vigiados. Quem está na aldeia não pode sair e os que estão na cidade não podem retornar à aldeia. Órgãos públicos que deveriam prestar serviços à comunidade se negam a fazê-lo sob a alegação de falta de segurança. Aliados e parceiros do povo são ameaçados abertamente por pistoleiros, a exemplo do padre Albanir. Com os constantes xingamentos anti-indígenas e a incitação ao ódio partindo da bancada ruralista, aninhada na Frente Parlamentar Agropecuária, além da paralisação das demarcações e a escancarada vontade de mudar as regras do jogo na definição dos parâmetros das terras tradicionais, os Xakriabá de Cocos vivem dias de medo, insegurança e indefinição. Seguem firmes na luta, porém. ♦

A ministra Kátia Abreu mente... e muito

Dados do próprio governo que representa contrariam afirmações de que latifúndio não existe mais e explicitam que a polêmica ruralista governa em benefício das elites; ou seja, em causa própria

Roberto Liebgott, Cimi Sul

A senadora Kátia Abreu, nova ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo* no dia 5 de janeiro, teve a desfaçatez de dizer que não existe mais latifúndio no Brasil e que os conflitos fundiários com indígenas ocorreram porque “eles saíram da floresta e passaram a descer nas áreas de produção”. A ministra também atacou a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o decreto que regulamenta o procedimento de demarcação de terras, o qual considera “inconstitucional, unilateral, ditatorial, louco, maluco”. Com essa declaração, ela não apenas anuncia quem serão seus interlocutores no ministério, como também revela seu desconhecimento sobre a história indígena brasileira.

Sua atuação como parlamentar esteve pautada na negação sistemática das premissas constitucionais. As palavras e ações da então senadora do Tocantins e presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) mobilizaram uma verdadeira cruzada contra os direitos dos povos indígenas, quilombolas e contra a reforma agrária. Era de se esperar, então, que na condição de ministra, ela fosse porta-voz da ideologia dominante e das demandas de setores da extrema direita.

Apesar de todas as manifestações contrárias à sua indicação ao ministério, a presidente Dilma garantiu a ela o cargo estratégico. Analistas e políticos dirão que algumas nomeações são para assegurar a “governabilidade”. No entanto, é inadmissível que uma ministra recém-nomeada conceda uma entrevista e fale de grupos sociais e da realidade brasileira como se estivesse na cozinha da sede de um dos seus latifúndios - que alega não existirem mais no Brasil.

Latifúndio: não emprega, não produz, mas aumenta

- Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) revelam que, entre 2010 e 2014, seis milhões de hectares passaram para as mãos dos grandes proprietários – quase três vezes o estado de Sergipe. Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, as grandes propriedades privadas saltaram de 238 milhões para 244 milhões de hectares;

- No Brasil, 2,5% de proprietários concentram 55% do total de terras;
- O agronegócio detém 76% das terras e emprega apenas 26% da mão de obra no campo, enquanto a agricultura camponesa emprega 74%;
- Dados do ainda inédito *Atlas da Terra Brasil 2015*, feito pelo CNPq/USP, mostram que 175,9 milhões de hectares são improdutivos no Brasil;
- Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil. ♦



A atividade madeireira dentro da TI Caru foi o motivo que forçou isolados a aceitarem contato com a aldeia Awá

Ameaçados, Awá Guajá isolados aceitam contato

Cimi Maranhão

Três indígenas que viviam isolados na Terra Indígena (TI) Caru, a noroeste do Maranhão, foram avistados por outros Awá que caçavam na cabeceira do igarapé Presídio. O grupo avisou os demais Awá na aldeia e voltou com duas dezenas de outros Awá dispostos a estabelecerem o contato.

O fato ocorreu no dia 27 de dezembro, na aldeia Awá. Os três indígenas são Amakaria (mulher), Jakarewýj (mulher, na foto) e Irahoa (homem), filho de Jakarewýj. Os Awá contam que, entre as décadas de 1980 e 1990, Amakaria se recusou a permanecer com o povo após o contato feito pela Funai e, em uma noite, ela, acompanhada de outros indígenas, voltou para a floresta. Lá, eles permaneceram até o final de 2014.

Segundo Mihaxá'a, da aldeia Tiracambu, os isolados “estavam cercados por madeireiros. Lá

perto deles, ouvimos muito barulho de motosserra, trator abrindo trilhas para puxar madeira e árvores marcadas para serem derrubadas. Então, dissemos: ‘Vamos com a gente, senão os madeireiros vão matar vocês’. Aí eles vieram com a gente”.

Durante a conversa, Irahoa disse que uma irmã sua foi morta por indígenas Mihua (Awá “bravo” ou outros índios isolados, segundo os Awá). O espaço usado pelos três incluía uma área de coco babaçu, de onde provinha parte de sua alimentação. O grupo tinha um acervo considerável de flechas.

A atitude destes Awá Guajá isolados de aceitarem o contato ocorre justamente em um momento em que cresce a exploração e a degradação ambiental das terras indígenas no Maranhão, sobretudo da TI Caru e da TI Araribóia, onde outro grupo de Awá isolados está seriamente ameaçado pela invasão madeireira. ♦

Possível epidemia de coqueluche matou 11 crianças indígenas no Acre

Carolina Fasolo, Assessoria de Comunicação
Cimi Amazônia Ocidental

De junho a setembro de 2014 onze crianças da Terra Indígena (TI) Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, no Acre, morreram com suspeita de coqueluche. Foram nove do povo Kaxinawá, autodenominado Huni Kui, e duas do povo Ashaninka. Uma das vítimas tinha 7 anos, mas a maioria tinha entre um e três meses. Sintomas como cansaço, tosse forte e seca, face arroxeadada e olhos vermelhos foram relatados à equipe do Cimi Cruzeiro do Sul, do Regional Amazônia Ocidental, que visitou as dez aldeias da TI em dezembro do ano passado.

Localizadas ao longo do Rio Breu, as comunidades precisam viajar de canoa a motor até o município de Marechal Thaumaturgo para receberem atendimento médico. Da aldeia mais próxima, São José, à cidade, o percurso dura de oito a 12 horas quando o rio está cheio. Jacobina, a mais distante, na fronteira com o Peru, fica a dois dias de viagem. “No verão, quando o rio seca bastante, pode levar até quatro dias para chegar a Thaumaturgo, percorrendo trechos a pé e tendo que carregar a canoa”, explica a missionária Ivanilda Torres.

Não há sistema de comunicação ou água potável nas aldeias (com exceção de Jacobina) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) não oferece transporte e combustível para as emergências. Além disso, as visitas de equipes de saúde às aldeias são esporádicas: em 2014, foram apenas duas. “Só em julho, depois da morte de seis crianças é que a Sesai foi até a área. Ainda assim, das dez aldeias visitou apenas três e mandou os pais levarem as crianças de barco para o hospital. Infelizmente duas não suportaram a longa viagem”, conta Ivanilda.

Alguns indígenas não conseguiram nem mesmo atendimento no hospital. Assis Huni Kui, da aldeia São José, de 63 habitantes, desceu o rio no mês de julho em busca de tratamento junto com 12 crianças. Em Marechal Thaumaturgo, “a triagem do hospital não deixou passarem no médico, disseram que era uma tosse comum. Voltei e dias depois meu sobrinho de dois meses morreu”, diz Assis.

Siã Huni Kui, professor e liderança da aldeia Jacobina, que tem 78 pessoas, conta que todas as crianças e também alguns adultos ficaram doentes na comunidade, que também procurou tratamento na cidade. “Uma médica que internou nossas crianças disse que embora os exames não tenham confirmado a coqueluche, era o único tratamento que estava dando resultado”. ♦

O Supremo e o ruralismo

“O STF golpeará a Constituição Federal e os Povos Indígenas em benefício do ruralismo no Brasil?” questiona, em seu título, artigo sobre recentes decisões que praticamente inviabilizam demarcações de terras no país

Cleber Buzatto, Secretário Executivo

Recentes decisões da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) restringem, de forma violenta e radical, o alcance do conceito de terra tradicionalmente ocupada pelos povos indígenas consignado no Artigo 231 da Constituição brasileira. Ao decidir o caso da Petição 3388, o Pleno do STF designou a data da promulgação da Constituição como referência para caracterizar a referida tradicionalidade, destacando, porém, que o fato dos indígenas não estarem na posse da respectiva terra devido à ocorrência de “renitente esbulho” por parte de não indígenas seria a garantia de que o direito desses povos sobre suas terras estavam mantidos.

Ao dar provimento ao Agravo Regimental no Recurso Extraordinário 803.462, relativo à Terra Indígena Limão Verde, do povo Terena, no Mato Grosso do Sul (MS), em dezembro de 2014, o ministro Teori Zavaski – seguindo o ministro Gilmar Mendes, intelectual orgânico do ruralismo dentro do Supremo e redator dos acórdãos de outros dois agravos, também da 2ª Turma, que anularam portarias declaratórias de terras dos povos Guarani-Kaiowá (MS) e Canela-Apãniekra (MA) – caracterizou, a nosso ver, de maneira reducionista e anti-indígena o conceito de “renitente esbulho”.

Na prática, sua interpretação do Artigo 231 da Constituição reduz o direito dos povos às suas terras tradicionais a duas situações hipotéticas absurdamente limitadas. Para terem o direito às suas terras, os indígenas teriam que estar fisicamente sobre elas em 5 de outubro de 1988 ou, na hipótese de não estarem fisicamente sobre as terras, deveriam estar disputando judicialmente ou em “efetivo conflito possessório” com os fazendeiros na mesma data.

Estamos diante de uma situação profundamente sensível. Uma eventual confirmação dessa decisão pelo Pleno do STF seria uma sinalização evidente, para os povos indígenas, de que a guerra é um mecanismo, mais do que legítimo, necessário para que mantenham o direito sobre suas terras tradicionais. ♦

Leia artigo completo em www.cimi.org.br



“A Suprema Corte do Poder Judiciário brasileiro não pode ser transformada num lavatório das mãos daqueles que as sujaram e sujam com o sangue dos povos e lideranças indígenas de nosso país”

Suruí pedem extinção de projeto de carbono

Patrícia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Doze lideranças do povo Paiter Suruí, da Terra Indígena (TI) Sete de Setembro, em Rondônia, estiveram em Brasília entre os dias 23 e 27 de fevereiro para pedir ao Ministério Público Federal (MPF) e à Fundação Nacional do Índio (Funai) a suspensão do projeto de Carbono Florestal Suruí.

Assinado com a Natura em setembro de 2013, o projeto previa o sequestro de 120 mil toneladas de créditos de carbono na TI Sete de Setembro, no período de 2009 a 2012, por um valor divulgado na imprensa de R\$ 1,2 milhão. Por ser o primeiro projeto do mecanismo de Redução de Emissões por Degradação e Desmatamento (Redd) a ser realizado em terras indígenas com certificação internacional, ganhou repercussão em todo o mundo e foi “vendido” como um projeto modelo pelas empresas que defendem a economia “verde”.

No entanto, desde que o atual cacique geral do povo, Henrique Ibaday Suruí, deu

uma entrevista à edição de setembro de 2014 do jornal *Porantim* sobre os severos impactos deste projeto, outra realidade foi desvelada. “As promessas foram muito boas: vida de maior qualidade, saúde, educação. Mas fomos enganados e estamos passando as consequências disso”, desabafou Joaton Suruí, segundo cacique da aldeia Linha 14, durante reunião na Funai. “Se o projeto continuar, vão acontecer mortes, briga, cadeia. Não só entre os Suruí, mas com outros povos que também estão se envolvendo com estes projetos, como os Arara”.

Deborah Duprat, subprocuradora-geral da República, disse que o órgão “irá se empenhar para que haja uma rigorosa e profunda avaliação do projeto e suas consequências em termos de violência gerada, conflitos graves que podem levar a mortes e apropriações indébitas dos recursos, e a quem beneficiam. Vou solicitar a Funai que proceda um levantamento detalhado para embasar futuras decisões. Será preciso analisar e discutir com todas as comunidades os termos do contrato”. ♦

Milícia sequestra jovem Kaiowá e ameaça despejar comunidade

Cimi Mato Grosso do Sul

Segundo denúncia realizada junto ao Ministério Público Federal, um jovem Kaiowá, de 17 anos, foi sequestrado no dia 7 de fevereiro por um grupo armado, nas imediações de Naviraí (MS), e submetido a sessões de tortura – espancamentos e pressão psicológica. O indígena vive em um acampamento da Terra Indígena Santiago Kue, localizado às margens da BR-163, trecho que liga as cidades de Juti e Naviraí. Após muitas outras juras de morte, incluindo as

lideranças Kaiowá da região, o jovem foi deixado no local.

No dia 23 uma nova investida contra a comunidade foi declarada. Uma liderança de Santiago Kue narrou que por volta das 20h daquele dia um indígena voltava para a comunidade caminhando ao longo da BR-163 quando um fazendeiro conhecido na região, a quem os indígenas atribuem vários dos ataques sofridos desde o ano passado, o abordou de dentro de sua caminhonete, fazendo várias ameaças. O homem informou que os fazendeiros fariam o despejo dos

indígenas “com as próprias mãos”. Naquela noite, caminhonetes rondaram a comunidade, aterrorizando os indígenas.

Tal contexto reforça a existência de milícias armadas com o intuito de atacar as comunidades indígenas e suas lideranças. Não é a primeira vez que tais indícios reforçam algo que já não é mais uma tese, mas possui elementos concretos. A finalidade desses bandos criminosos é a de impedir os indígenas de terem acesso a seus territórios tradicionais, sobretudo aqueles já demarcados ou identificados pela Fundação Nacional do Índio (Funai). ♦

Pauta Indígena

15/1

- Em seminário, povos de MG elaboram propostas para a educação indígena
- Apinajé bloqueiam rodovia no TO pelo fim do desmatamento em área indígena
- Coiab pede aos governadores da Amazônia diálogo e respeito aos direitos indígenas

26/1

- Indígenas discutem impactos de grandes obras na Amazônia no FSM da Biodiversidade 2015

28/1

- Sepé Tiaraju é homenageado em semana de celebração na cidade de São Gabriel (RS)

29/1

- Povo Kaingang exige demarcação de terras e manifesta-se contra a criação do Insi

30/1

- Mais de 30 pessoas participam da Edição 2015 do Curso de Formação Básica do Cimi

- Povo Tremembé, no Ceará, luta contra construção de resort em seu território

3/2

- Indígenas Terena denunciam trabalho análogo à escravidão na região de Vacaria (RS)

5/2

- Em Brasília, povo Kayapó pede a Eduardo Cunha a extinção da PEC 215

9/2

- Povo Guarani-Mbya reafirma sua luta pela Terra Sem Males

11/2

- Livro sobre a ditadura militar e o genocídio dos Waimiri-Atroari é lançado em Roraima

- Assembleia dos povos de SC reúne mais de 150 lideranças em defesa dos direitos indígenas

- MPF no Pará recorre contra decisão que declarou inexistentes povos Borari e Arapium

12/2

- Acampamento Dom Tomás Balduino, em Goiás, resiste à reintegração de posse

24/2

- Justiça reconhece que Morro dos Cavalos, em SC, é terra tradicional Guarani

25/2

- Em informe anual, Anistia Internacional destaca: projetos do Congresso ameaçam indígenas e quilombolas

- Frente Parlamentar Ambientalista tentará impedir aprovação da PEC 215 no Congresso

- Apib repudia aprovação do PL de acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais

27/2

- Em Brasília, povos de Rondônia pedem que STF respeite a Constituição Federal

Leia mais em www.cimi.org.br

Karosakaybu e as histórias de resistência

Profundos conhecedores das florestas e águas do Rio Tapajós, os Munduruku encontram em sua ancestralidade a sabedoria para defenderem seus direitos

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Na soleira da porta, Luzia Poxo Munduruku conta na língua materna como era a vida antes do homem “civilizado” naquelas bandas do Rio Tapajós. Águas limpas, comida abundante, cotidiano sem preocupações. Os primeiros invasores que chegaram violando essa paz, quase um século depois dos primeiros a terem as cabeças decepadas, foram os garimpeiros. Com eles, a malária, a poluição nas águas do rio e as ameaças de morte. Na sequência, chegaram os grileiros e madeireiros. Cidades no entorno foram formadas com as riquezas saqueadas da Terra Indígena Sawré Muybu, botando na conta do faroeste amazônico o sacrifício de almas selvagens como oferendas aos marcos “civilizatórios”.

Luzia é uma anciã. Oitenta e poucos anos. Tia do cacique Juarez Saw Munduruku, vive numa casa de madeira, entre a margem do rio e a floresta. Ao lado do marido Jaime Saw, um senhor esguio e de olhar distante, a indígena olha na direção do Tapajós, depois aponta para a floresta. Afirmar saber das intenções do governo federal de construir barragens hidrelétricas pelo rio. Não tem para onde ir porque ali é o seu lugar, então, sem se exaltar, diz que, se for o caso, afundará junto com a terra que afirma ser de Karosakaybu – grande guerreiro Munduruku detentor de poderes mágicos. “Karosakaybu criou isso tudo. O rio, a floresta. Governo não pergunta para o meu povo se quer usina e isso significa que não está interessado na opinião de Karosakaybu”, diz.



Renato Santana

“Karosakaybu criou isso tudo. O rio, a floresta. Governo não pergunta para o meu povo se quer usina e isso significa que não está interessado na opinião de Karosakaybu”

Luzia Poxo Munduruku

Com a boca, bochechas e queixo pintados, “num urucum antigo, que só as mulheres de antigamente têm, como tatuagem”, afirma cacique Juarez, Luzia faz uso das asas do *poxo*, que em português significa pássaro, para percorrer gerações e dizer que não acredita que o governo conseguirá fazer as usinas. Karosakaybu não vai permitir a destruição daquilo que fez brotar das entranhas da terra e do amor pelo filho. O guerreiro e suas propriedades mágicas ganham força a cada dia.

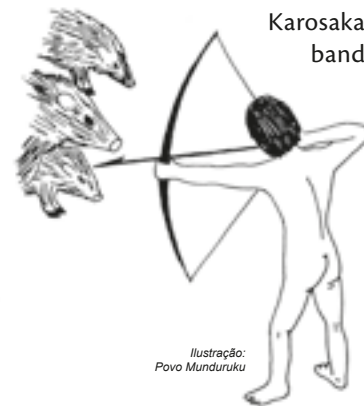


Ilustração:
Povo Munduruku

Sabedoria de jabuti

Na Terra Indígena Sawré Muybu, que será inundada caso seja implementada a construção de uma das barragens do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, as histórias de Karosakaybu são contadas à noite, sob o céu estilhaçado por estrelas. O jabuti, que empresta o casco para inspirar as pinturas corpóreas dos guerreiros Munduruku, também tem suas histórias contadas em inúmeros episódios; como um bicho vagaroso consegue levar vantagem sobre a onça, o tatu e a anta é a inspiração dos Munduruku ao enfrentar o Estado e o governo federal. “Somos feito o jabuti. Parece que é fraco, mas não é. Temos que enfrentar quem pretende nos destruir com essa sabedoria”, diz cacique Juarez.

Conforme uma das histórias, o jabuti conseguiu devorar uma onça antes de ter virado o jantar dela. Manteve-se vivo e matou a própria fome. Todas essas histórias, porém, só são possíveis pelos desígnios de Karosakaybu. Um de seus filhos, o caçador Daydo, acabou transformado em porco do mato, depois de enganado pelo tatu, e foi levado por um bando composto por tios e tias do menino, outrora transformados por Karosakaybu em porcos do mato. Ao perseguir o bando, sem saber que o filho era um deles e com o intuito de levantar informações sobre o garoto, Karosakaybu cortou um cacho de tucumã e com o leite dele fez o Rio Tapajós, para assim impedir a fuga do bando de porcos.

Os animais, que sabiam o que iria acontecer se fossem pegos, estreitaram uma das margens do rio, formando uma curva, para fazer a travessia. Enquanto os porcos exasperavam no Tapajós, Karosakaybu alcançou a margem e atirou um pedaço de galho na água, transformando-o em jacaré. Os porcos foram devorados, entre eles Daydo e, então, Karosakaybu chorou por toda a floresta ao saber o paradeiro do filho. Era possível ouvir, a quilômetros, o pranto desesperado. A rota da fuga, o trecho do rio estreitado pelos porcos do mato, foi o local em que Karosakaybu chorou. Todos são pontos sagrados para os Munduruku, com sítios arqueológicos importantes, que hoje os indígenas lutam para que não desapareçam. ♦

Protocolo de Consulta Munduruku é entregue ao governo

Assessoria de Comunicação

Cerca de 30 lideranças Munduruku entregaram ao ministro Miguel Rosseto, da Secretaria Geral da Presidência da República, no dia 30 de janeiro, em Brasília (DF), o protocolo de como o povo deseja que a consulta prévia, estabelecida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorra em relação à construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que deverá afetar a vida de 13 mil indígenas que vivem na beira do rio. “A Funai tem que publicar os estudos que existem, porque eles mostram a inviabilidade dessa usina”, disse Ademir Munduruku, que também reforçou a urgência da publicação do relatório que identifica a terra Sawré Muybu.

O documento foi elaborado pelos indígenas em duas reuniões, durante o mês de setembro de 2014. Nele, os Munduruku exigem que o governo respeite a decisão do povo, com poder de veto; os ribeirinhos sejam consultados; indígenas isolados protegidos; e que os povos Kayabi e Apiaká recebam o mesmo tratamento.

Os principais trechos do documento são:

Quem deve ser consultado?

Os Munduruku de todas as aldeias – do Alto, Médio

e Baixo Tapajós – devem ser consultados, inclusive daquelas localizadas em terras indígenas ainda não demarcadas. Nós não queremos que o governo nos considere divididos: existe só um povo Munduruku. Devem ser consultados os sábios antigos, os pajés, os senhores que sabem contar história, que sabem medicina tradicionais, raiz, folha, aqueles senhores que sabem os lugares sagrados.

Também devem ser consultadas as mulheres, para dividirem sua experiência e suas informações. As nossas organizações (Conselho Indígena Munduruku Pusuru Kat Alto Tapajós – Cimpukat, Da’uk, Ipereg Ayu, Kerepo, Pahyhyp, Pusuru e Wixaxima) também devem participar, mas jamais podem ser consultadas sozinhas. Os vereadores Munduruku também não respondem pelo nosso povo. As decisões do povo Munduruku são coletivas.

Como deve ser o processo de consulta?

O governo não pode nos consultar apenas quando já tiver tomado uma decisão. A consulta deve ser antes de tudo. Todas as reuniões devem ser em nosso território – na aldeia que nós escolhermos –, e não na cidade, nem mesmo em Jacareacanga ou Itaituba. As reuniões não podem ser realizadas em datas que atrapalhem as atividades da comunidade.

Quando o governo federal vier fazer consulta na nossa aldeia, eles não devem chegar à pista de pouso, passar um dia e voltar. Eles têm que passar com paciência com a gente. Eles têm que viver com a gente, comer o que a gente come. Eles têm que ouvir a nossa conversa.

As reuniões devem ser na língua Munduruku e nós escolheremos quem serão os tradutores. Nessas reuniões, nossos saberes devem ser levados em consideração, no mesmo nível que o conhecimento dos *pariwat* (não índios). Porque nós é que sabemos dos rios, da floresta, dos peixes e da terra. Nós é que coordenaremos as reuniões, não o governo. Devem participar das reuniões os parceiros do nosso povo.

Como nós, Munduruku, tomamos nossas decisões?

Quando um projeto afeta todos nós, a nossa decisão é coletiva. O governo não pode consultar apenas uma parte do povo Munduruku.

O governo vem sussurrando nos nossos ouvidos, tentando dividir a gente. Nenhuma associação Munduruku decide só, nenhuma associação responde pelo nosso povo. As decisões do nosso povo são tomadas em assembleia geral, convocada por nossos caciques. Nas assembleias, as nossas decisões são feitas depois de discussão: nós discutimos e chegamos a um consenso. ♦

Descolonização e descolonialidade

“A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos de um padrão mundial de poder capitalista. Depois da independência das antigas colônias da América Latina, a colonização acabou, mas a Colonialidade do Poder continuou”. A construção de Belo Monte explicita que o governo Dilma é eficiente operador e mantenedor desta lógica da colonialidade

Renato Santana, Assessoria de Comunicação
Saulo Feitosa, Cimi Nordeste

Três dias antes do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região conceder a reintegração de posse ao consórcio Nesa, no início de maio de 2013, de um dos canteiros de obras da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, no Pará, ocupado por indígenas Mundurucu, a Secretaria-Geral da Presidência da República (SGPR) divulgou uma nota cujo título indicava o conteúdo tratar-se de “Esclarecimentos sobre a consulta aos Mundurucu e a invasão de Belo Monte”. Redigida em tom autoritário, preconceituoso e desrespeitoso com os indígenas, ela revela como a colonialidade é algo intrínseco ao *modus operandi* governamental. Ancorada em um perverso cinismo retórico, a tessitura textual é arquitetada de maneira tal que um leitor desavisado chegará ao fim do texto convencido de que os povos indígenas no Brasil são os responsáveis diretos por toda a desgraça que se abateu sobre eles após a violenta invasão de 1500 impetrada pelo colonizador europeu. O leitor também ficará convencido de que o Estado brasileiro está impossibilitado de assegurar a proteção e os devidos cuidados aos indígenas e seus territórios tradicionais. A razão seria simples: os indígenas, assim pretendeu fazer crer a carta da SGPR, são incapazes de compreender os benefícios oferecidos por esse “Estado protetor e benevolente”.

Essa estratégia colonialista de transformar a vítima inocente em culpada e o criminoso em inocente foi definida pelo filósofo argentino Enrique Dussel como “O Mito da Modernidade”. A dita modernidade foi apresentada como um projeto de emancipação global, mas em realidade converteu-se num instrumento de dominação dos Estados ditos desenvolvidos sobre o resto do mundo. O ponto de partida para a construção desse mito é a “falácia do desenvolvimento” que sustenta haver uma cultura superior, a branca, europeia, que desenvolveu um sistema de vida civilizada, devendo o mesmo ser imposto a todos os povos do Planeta para que possam sair da condição de selvageria e barbárie.

Outros estudiosos da América Latina, a partir de suas pesquisas sobre as relações estabelecidas entre os países considerados desenvolvidos e aqueles considerados subdesenvolvidos, construíram uma teoria que passou a ser conhecida como Pensamento Descolonial. Faz parte dos fundamentos dessa teoria o conceito de “Colonialidade”. Embora esteja relacionada com a colonização, a colonialidade é diferente dela. A colonização refere-se a uma situação histórica em que ocorre a dominação política e econômica de um país sobre outro, a exemplo do que ocorreu durante o período em que o Brasil era uma colônia de Portugal, de 1500 até 1822. Já a colonialidade, nas palavras do sociólogo peruano Aníbal Quijano, “é um dos elementos constitutivos e específicos de um padrão mundial de poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular daquele padrão de poder, e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas, da existência cotidiana e da escala social”. Assim sendo, depois da independência das antigas colônias da América Latina que pertenciam à Espanha e Portugal, a colonização acabou, mas a Colonialidade do Poder continuou.



Mural no Museu do Sertão, em Recife - Foto: Renato Santana

“Após o processo de independência do Brasil, o Estado brasileiro foi apropriado pelas elites brancas locais que passaram a reproduzir internamente o mesmo padrão de poder capitalista forjado pelas relações anteriormente estabelecidas entre Brasil e Portugal”

Controle sobre o saber

Uma das poderosas armas para manter a colonialidade é o controle sobre o saber, pois quem controla o saber também controla o poder. Foi com base no saber produzido pela Europa que o mundo foi ideologicamente dividido em duas categorias: Superior e Inferior. Assim, os países da Europa e da América do Norte passaram a ser considerados superiores e os outros países passaram a ser considerados inferiores. A imposição do saber europeu como a única forma de conhecimento válida, negando a importância dos saberes dos povos indígenas, foi determinante para assegurar o domínio de Portugal sobre os povos originários do Brasil.

Após o processo de independência do Brasil, o Estado brasileiro foi apropriado pelas elites brancas locais que passaram a reproduzir internamente o mesmo padrão de poder capitalista forjado pelas relações anteriormente estabelecidas entre Brasil e Portugal. Dessa forma, os povos indígenas, quilombolas, as populações tradicionais e outras foram classificados como pertencentes à categoria de seres inferiores, ao mesmo tempo em que a população branca foi classificada como superior.

Para não cair no conceito da avaliação das elites brancas, os governos sempre precisaram utilizar todo seu aparato autoritário. No atual governo de Dilma Rousseff, um exemplo da força de repressão é o Decreto presidencial nº 7957, de março de 2013, que possibilita à Força Nacional agir contra qualquer grupo social que

se oponha às grandes obras de interesse do capital, mesmo que estas destruam o meio ambiente, as terras indígenas ou de comunidades tradicionais e os seus modos de vida. Convicto de sua condição servil, a cada dia, o governo Dilma revela-se um eficiente operador e mantenedor da colonialidade do poder.

Essa lógica da colonialidade do poder tornou-se perene, por isso é sempre atual. Dessa maneira, na atualidade, os governos administram os respectivos Estados com a mesma visão de mundo inventada pela Europa no século XVI, sustentada pela classificação racial etnocêntrica que divide os seres humanos entre superiores (desenvolvidos) e inferiores (subdesenvolvidos).

No Brasil, tal prática mostra-se como um alvissareiro critério para uma verdade implacável. No dia 8 de maio de 2013, enquanto os indígenas ainda ocupavam a UHE de Belo Monte, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, durante uma audiência ocorrida na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, deixou explícita, mais uma vez, a visão governista a respeito dos povos indígenas ao fazer a seguinte afirmação: “Não podemos negar que há grupos que usam os nomes dos índios e são apegados a crenças irrealistas, que levam a contestar e tentar impedir obras essenciais ao desenvolvimento do país, como é o caso da hidrelétrica de Belo Monte”.

Ao reproduzir, sem qualquer senso crítico, o discurso colonial do “Mito da Modernidade”, reafirmando o modelo desenvolvimentista estatal, a ministra reproduz a ideia difundida pelo Estado branco capitalista de que os indígenas são “relativamente incapazes”, reduzindo assim os violentos conflitos que atentam contra a vida dos povos originários a supostas manipulações de grupos externos.

Apesar de terem se passado mais de 500 anos da invasão europeia, os povos originários do Brasil continuam a perceber o Estado como uma herança colonial, um ente castigador que ainda hoje persegue e mata sua gente. É, portanto, compreensível que continuem a manter uma permanente desconfiança em relação a ele e seus interlocutores. ♦

A longa luta Potiguara

Benedito Prezia, Historiador

Diante da vitória sobre os portugueses, acudados no forte da Paraíba, os Potiguara, liderados por Piragiba, o Braço de Peixe, iniciaram um cerco à pequena vila, deixando os moradores sem comida e com pouquíssima água. Só não morreram à míngua porque chegou a tempo um reforço de Olinda, enviado pelo ouvidor Martim Leitão.

A chegada de traficantes franceses fez com que os Potiguara tornassem-se mais ousados. No final de janeiro de 1585 um novo reforço português foi enviado por terra e por mar, sendo que no primeiro grupo havia cerca de 40 portugueses, quase todos moradores de Recife, acompanhados de uns 60 Tupinambá aliados. O segundo grupo, vindo por mar, era formado por um navio com vinte homens, além de vários indígenas Tupi do litoral.

Com a chegada dessa ajuda, os portugueses retomaram fôlego e partiram para um contra-ataque em busca da grande aldeia de Piragiba que, segundo um cronista dessa guerra, tinha em torno de 3 mil moradores. Depois de um duro confronto, os portugueses conseguiram varar uma enorme cerca, obrigando os moradores a se refugiarem nas matas da região. Temendo uma nova ofensiva indígena, através de

intérpretes, sobretudo do padre Jerônimo Machado, que acompanhava a expedição, tentou-se estabelecer um acordo de paz. No entanto, esse acordo não ocorreu e os portugueses retomaram a guerra, partindo em busca da conquista da aldeia de Guirapicaba, o Assento de Pássaro e, sobretudo, de Pinakama, que vivia na populosa região de Copaoba, onde havia cerca de 50 aldeias.

Receosos de enfrentar essa populosa região, os portugueses voltaram para o litoral. Mas, nesse momento, receberam alguns enviados de Piragiba que propunham uma aliança, pois haviam se desentendido com outros líderes Potiguara e também porque já não contavam mais com o apoio dos franceses.

Os Tobajara do sertão, que antes haviam prometido apoio aos Potiguara, tinham também se desentendido e procurado uma aliança com os portugueses. Cada vez mais os Potiguara do Copaoba sentiam-se cercados e ameaçados.

Entretanto, uma nova resistência indígena começava a se armar na Baía da Traição, sobretudo com a chegada de alguns navios franceses. Liderados por Tijkopapo, grande cacique e importante pajé, esse outro foco guerreiro passou a ameaçar os portugueses.

No entanto, o tempo corria contra os Potiguara que, apesar da superioridade numérica, não tinham armas de fogo e nem táticas guerreiras muito eficientes. Já haviam se passado onze anos de conflito, sem vencedores e vencidos.

Com o tempo alguns caciques, como Guirapicaba, o Assento de Pássaro, e Itaobi, o Pedra Verde, decidiram fazer um acordo de paz com os portugueses, o que enfraqueceu a nação Potiguara.

Com essa ajuda, os portugueses conseguiram furar a barreira indígena, situada ao norte da Paraíba, e chegar até o extremo norte do continente, construindo na foz do Rio Potengi a fortaleza dos Reis Magos, que se tornou depois a vila de Natal.

Quando buscavam se reorganizar, eis que surge um novo inimigo – a bexiga ou varíola –, doença que atingiu os portugueses e, sobretudo, os indígenas. A mortandade entre estes foi enorme devido à falta de imunidade. Mesmos os mestiços foram igualmente atingidos e, segundo o frei Vicente do Salvador, chegavam a morrer de 10 a 12 pessoas por dia. Por isso os lusitanos resolveram voltar com seus homens e indígenas, seguindo uns para a vila da Paraíba e outros para Olinda, proporcionando uma trégua nessa guerra.

Dois anos depois, em março de 1598, já recuperados, os portugueses retomaram os conflitos. Os Potiguara, mais fragilizados, resolveram mudar de tática, passando a atacar num esquema de guerrilha, com emboscadas e ataques surpresas.

Haviam se passado 13 anos de guerra. Sem moradia fixa, impedidas de plantar e cuidar dos filhos, as mulheres Potiguara pressionaram seus maridos para fazer um acordo de paz. E ameaçaram passar para o lado inimigo se a guerra não cessasse.

Acudados, os líderes Potiguara aceitaram um acordo. Nas crônicas da época não aparecem os grandes caciques que sustentaram o conflito, mas uma nova liderança, Poty, o Camarão, cuja família terá importante papel na guerra contra a Holanda, em meados do século seguinte.

Com a intermediação do capuchinho frei Bernardino das Neves, em 11 de junho de 1599, foi assinado na vila da Paraíba um acordo de paz entre o líder Poty e o governador Feliciano Coelho de Carvalho, representando o rei de Portugal. Era o início de

uma longa colaboração que teve outros desdobramentos. Na realidade, essa paz significou o início da submissão dos Potiguara e a invasão de suas terras nas regiões que hoje formam os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará*. ♦

* Para saber mais: SALVADOR, Fr. Vicente do. *História do Brasil: 1500-1627*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1982. (Col. Reconquista do Brasil - Nova Série, v. 49).

